

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

RELATÓRIO TÉCNICO-FINANCEIRO

2013 – 2014



Período de Acompanhamento: março de 2013 a junho de 2014

Data: setembro de 2014

ÍNDICE

Índice	2
Apresentação.....	3
O Programa Arpa.....	4
Descrição da situação atual do Programa	5
Relatório de avanços do Programa	6
Componente 1. Criação de novas Unidades de Conservação.....	7
<i>Subcomponente 1.1. Identificação das Áreas Prioritárias para Criação de Unidades de Conservação</i> 7	
<i>Subcomponente 1.2. Criação de Unidades de Conservação</i>	8
Componente 2. Consolidação e Gestão de Unidades de Conservação	10
<i>Subcomponente 2.1. Consolidação e Gestão de Unidades de Conservação</i>	10
I) CONSOLIDAÇÃO GRAU I	10
II) CONSOLIDAÇÃO GRAU II	15
<i>Subcomponente 2.2. Modelos de Gestão de Áreas Protegidas</i>	20
<i>Subcomponente 2.3. Integração das Comunidades</i>	20
<i>Subcomponente 2.4. Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas</i>	21
Componente 3. Sustentabilidade Financeira.....	23
<i>Subcomponente 3.1. Gestão do Fundo de Áreas Protegidas (FAP)</i>	23
<i>Subcomponente 3.2. Geração de receita para as UC</i>	24
Componente 4. Monitoramento, Coordenação, Gerenciamento e Comunicação do Programa	25
<i>Subcomponente 4.1. Coordenação do Programa</i>	25
<i>Subcomponente 4.2. Gerenciamento Financeiro e logístico</i>	26
<i>Subcomponente 4.3. Divulgação e Comunicação do Programa</i>	26
<i>Subcomponente 4.4 – Monitoramento do Programa</i>	27
Conclusões.....	29

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo informar os avanços na consolidação das Unidades de Conservação (UC) apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), nos processos de criação e nos demais subcomponentes do Programa, conforme [Manual Operacional da Fase II do Programa Arpa](#).

O documento foi elaborado a partir dos resultados da aplicação da Ferramenta de Avaliação das Unidades de Conservação (FAUC), que determinou a situação da gestão das unidades de conservação, nos dois graus de consolidação apoiados pelo Programa. A análise teve como base o conjunto de marcos referenciais para as unidades em consolidação grau I, em consolidação grau II, e também para os processos em criação.

Os valores referentes aos gastos financeiros foram apresentados pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Desta forma, o presente relatório pretende analisar o progresso do Programa, no período de março de 2013 a junho de 2014, de acordo com o roteiro estabelecido no Manual Operacional do Programa (MOP).

O PROGRAMA ARPA

O ARPA é um programa do Governo Federal, criado em 2002 e implementado em parceria com órgãos estaduais da Amazônia, instituições privadas e sociedade civil para promover a conservação de áreas protegidas na Amazônia em bases sustentáveis. O Programa se consolidou nos últimos anos como um dos maiores programas de conservação da biodiversidade do planeta, distinguindo-se pela efetividade no alcance dos seus objetivos, ao assegurar um fluxo estrategicamente orientado de recursos para apoiar a criação, consolidação e manutenção de um conjunto significativo de unidades de conservação no bioma Amazônia.

O ARPA é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual promove o planejamento de metas, além de monitorar e supervisionar sua execução. A execução financeira é realizada pelo FUNBIO, enquanto a execução técnica é de responsabilidade dos órgãos gestores de unidades de conservação nas esferas federal e estadual.

Diferentes organizações doam recursos financeiros e supervisionam a execução do ARPA. Os principais são: 1) Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) por meio do Banco Mundial; 2) governo da Alemanha por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW); 3) Fundo Amazônia (gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES).

Além disso, ao longo do Programa foram estabelecidas importantes cooperações técnicas com WWF-Brasil e Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ). A sociedade civil organizada também integra o arranjo institucional do Programa, por meio da participação em instâncias específicas para o seu monitoramento, controle e gestão.

O Programa foi, originalmente, desenhado para ser executado em 3 fases interdependentes e contínuas em um horizonte de 16 anos, com o desafio de apoiar a proteção de 60 milhões de hectares de florestas na Amazônia por meio do suporte a consolidação de unidades de conservação já existentes e a criação e consolidação de novas unidades.

A primeira fase do Programa ARPA teve um aporte de US\$ 115 milhões e duração de sete anos, entre 2003 a 2010. A Fase II, em execução desde 2010, tem vigência até 2015 e conta com um aporte de US\$ 56 milhões. A Fase III do Programa prevista, originalmente, para o período de 2015 a 2018, teria como ênfase a efetiva consolidação das áreas protegidas criadas e estabelecidas nas fases anteriores e na transição do uso dos recursos de doação e cooperação para recursos provenientes de fontes governamentais e de mecanismos complementares desenvolvidos no âmbito do próprio ARPA.

Todavia, após o início da Fase II do Programa ARPA, um conjunto de parceiros iniciou um processo de detalhamento das projeções de custos de consolidação e manutenção das UC apoiadas pelo Programa ARPA. Os modelos e projeções de custo apontaram para uma indisponibilidade de recursos para a consolidação plena e manutenção de todas as UC apoiadas pelo Programa ARPA.

Em razão dos resultados do processo mencionado acima, foi criada a Iniciativa ARPA para a Vida formalizada por meio do Memorando de Entendimento firmado durante a Rio+20, em 2012, entre MMA, WWF-BR (representando a rede WWF), Funbio, Linden Trust for Conservation e a Gordon and Betty Moore Foundation. A Iniciativa ARPA para a Vida propõe alterações em relação aos arranjos financeiros para o Programa ARPA e a realização de novos esforços de captação.

Neste sentido, a [terceira fase do Programa](#) adota o Fundo de Transição, que consiste em um novo mecanismo de financiamento que permite o aumento gradativo do aporte de recursos públicos para a gestão e manejo das UC no prazo de 25 (vinte e cinco) anos. Dessa forma, os compromissos originalmente estabelecidos para a Fase II serão cumpridos.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DO PROGRAMA

O ARPA representa hoje a principal estratégia de conservação da biodiversidade para o Bioma Amazônico, garantido a efetividade de parte significativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), figurando como parte importante das políticas de prevenção e combate ao desmatamento ilegal e buscando manter bases ecológicas para o desenvolvimento do país.

No período de referência deste relatório, março de 2013 a junho de 2014, foram desenvolvidas importantes iniciativas para a consolidação das metas do Programa, com destaque para os avanços obtidos em termos da consolidação das unidades apoiadas; da implementação do plano de capacitação; do apoio a novos planos de ação para Integração das comunidades e; da implementação dos protocolos de monitoramento do Programa.

Adicionalmente, no período de abrangência deste relatório foi instituída a Fase III do Programa por meio da Portaria N° 187, DE 22 de maio de 2014. Desta maneira, 7 (sete) unidades, selecionadas com base no estágio avançado de consolidação em grau I e grau II, começam a receber apoio a partir do fundo de transição, no segundo semestre de 2014.

RELATÓRIO DE AVANÇOS DO PROGRAMA

O relatório de avanço é uma ferramenta de monitoramento do Programa que descreve as metas alcançadas em cada componente, assim como os recursos demandados para a execução das atividades. Cada componente possui metas e marcos referenciais específicos definidos em conjunto com os parceiros do Programa durante o processo de elaboração do [Documento de Governo da Fase II em 2010](#), o qual resultou no [Manual Operacional do Programa da Fase II](#).

Esses marcos são utilizados como indicadores na Estratégia de Conservação e Investimento (ECI), sendo hoje, sinalizadores de alocação de recursos e alcance das metas e objetivos do Programa na Fase II para os subcomponentes de Criação de Unidades de Conservação e de Consolidação e Gestão de Unidades de Conservação.

O Programa na sua Fase II está estruturado em quatro componentes interdependentes conforme descrito no Quadro abaixo.

Tabela 1. Estrutura de Componentes do Programa Arpa

COMPONENTE 1. CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Subcomponente 1.1. Identificação das Áreas Prioritárias para Criação de Unidades de Conservação Projeto 1.1.1. Delimitação das Prioridades de apoio 1.1.1.1. Identificação de objetos de conservação
Subcomponente 1.2. Criação de Unidades de Conservação Projeto 1.2.1. Processos de Criação 1.2.1.1. Diagnóstico da situação fundiária 1.2.1.2. Diagnóstico ambiental 1.2.1.3. Diagnóstico socioeconômico 1.2.1.4. Consultas Públicas
COMPONENTE 2. CONSOLIDAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Subcomponente 2.1. Consolidação de Unidades de Conservação Projeto 2.1.1. Consolidação grau I 2.1.1.1. Plano de Manejo / Revisão 2.1.1.2. Integração com entorno e participação comunitária 2.1.1.3. Proteção e Manejo 2.1.1.4. Levantamento fundiário e demarcação 2.1.1.5. Operacionalização Projeto 2.1.2 Consolidação grau II

- 2.1.2.1 Plano de Manejo: Revisão
- 2.1.2.2 Proteção e Manejo
- 2.1.2.3 Demarcação e regularização fundiária
- 2.1.2.4 Operacionalização
- 2.1.2.5 Pesquisa e Monitoramento

Subcomponente 2.2. Modelos de Gestão de Áreas Protegidas

Subcomponente 2.3. Integração das Comunidades

Subcomponente 2.4. Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas

COMPONENTE 3. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Subcomponente 3.1. Gestão do Fundo de Áreas Protegidas (FAP)

Subcomponente 3.2. Geração de receita para as UC

COMPONENTE 4. MONITORAMENTO, COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA

Subcomponente 4.1. Coordenação do Programa

Subcomponente 4.2. Gerenciamento Financeiro e logístico

Subcomponente 4.3. Divulgação e Comunicação do Programa

Subcomponente 4.4: Monitoramento do Programa

Nos itens a seguir são apresentados os avanços para cada subcomponente do Programa, obtidos no período de avaliação deste relatório - março de 2013 a junho de 2014.

COMPONENTE 1. CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SUBCOMPONENTE 1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

a) Meta Global:

- Realização de dois estudos de planejamento sistemático para a conservação (PSC), sendo um no início e outro no final da Fase II.

- Atualização do Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira – Bioma Amazônia e a geração de um Mapa de Áreas Prioritárias para a Criação de Unidades de conservação.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa.

- Realizar atualização do Mapa de Áreas Prioritárias em 2012.

Análise da Situação Atual e Avanços

As discussões sobre a atualização do Mapa foram iniciadas em 2012 pelo MMA. O Departamento de Conservação da Biodiversidade do MMA (DCBio) elaborou o POA 2014-2015 deste subcomponente, que está pronto para a execução no Sistema Cérebro.

SUBCOMPONENTE 1.2. CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

a) Meta global:

- Criação de 13,5 milhões de hectares de novas unidades de conservação na Amazônia.

Análise da Situação Atual e Avanços

No período do relatório, há o apoio do Programa a 20 processos de criação, que correspondem a 6,9 milhões de hectares (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**, em anexo). Desta forma, o apoio do Arpa visa ao alcance de cinco Marcos Referenciais, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 2. Marcos Referenciais para Alcance das Metas de Criação de UC.

Marco Referencial	Grau de conclusão desejado
Consulta pública	100%
Diagnóstico da situação fundiária	100%
Diagnóstico ambiental	100%
Diagnóstico socioeconômico	100%
Instrumento legal (decreto ou lei) de criação	100%

No período deste relatório verificou-se reduzido avanço no status dos processos de criação, destacam-se apenas Diagnóstico Socioeconômico e Diagnostico ambiental, para os quais quatro e três processos de criação apresentaram progresso na aplicação da FAUC de 2014 em relação à anterior (Figura 1).

Além disso, em termos de alcance das metas dos Marcos Referenciais de Criação, apenas os Processos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Manicoré e de Cuieiras, ambas do estado do Amazonas, concluíram o Diagnóstico Ambiental, no período deste relatório. O Processo de Cuieiras alcançou também as metas para Diagnóstico Socioeconômico, Consulta Pública e Instrumento legal, ficando pendente apenas do Diagnóstico da Situação fundiária.

Os regressos observados em termos de Diagnóstico da situação fundiária e Consulta pública, correspondem ao Processo de criação Zona Costeira/Mar Territorial do estado do Pará.

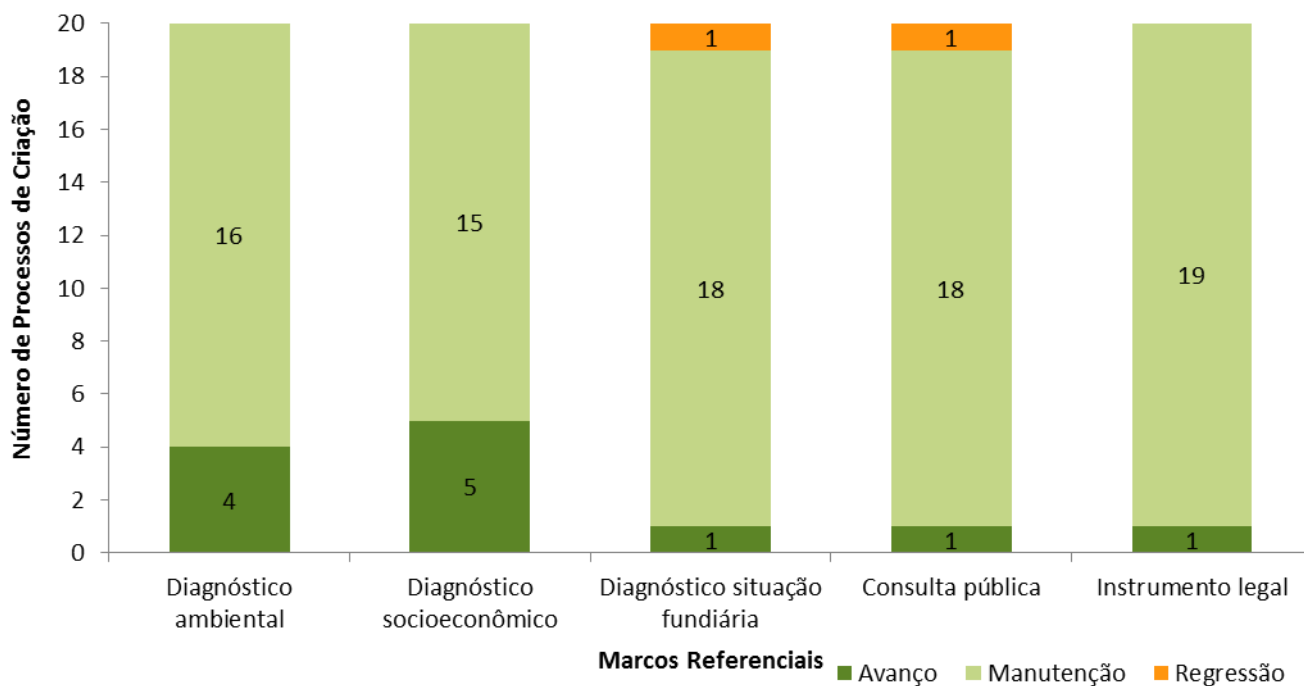


Figura 1. Acompanhamento da situação dos Processos de Criação apoiados pelo Programa em relação aos Marcos Referenciais do Programa (2013 – 2014)¹

Por outro lado, cabe destacar que, no período de abrangência deste relatório, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) recebeu do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no âmbito do Programa Terra Legal Amazônia, cerca de 4 milhões de hectares de terras públicas federais, distribuídos entre os estados do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia. Parte significativa destas terras serão destinadas à criação de Unidades de Conservação que contribuirão para a alcance das metas do Programa. Importante destacar que as áreas foram transferidas com a questão fundiária regularizada, fator que deve inclusive acelerar o processo de consolidação das unidades criadas.

Importante ressaltar que o papel do Programa Arpa foi fundamental neste processo, incluindo a contratação de consultorias, que permitiu o andamento da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, que tem como objetivo definir de maneira simplificada e célere a destinação de terras, da maneira mais adequada, com resultados exitosos para o conhecimento sobre a terra, destinação de áreas para conservação e identificação das áreas prioritárias para criação de UC.

A meta do Programa para este subcomponente não foi atingida, tampouco foram verificados avanços significativos nos processos de criação apoiados, especialmente nos processos federais. Os recursos executados, no período deste relatório, com o subcomponente de criação de unidades de conservação, sobretudo em relação ao Programa Terra Legal, podem ser verificados na tabela abaixo.

¹ O cálculo consiste na subtração do resultado FAUC 2014 pelo resultado FAUC 2013. Logo, para resultado igual a zero considerou-se manutenção do cenário; para resultado negativo considerou-se regressão e para resultado positivo considerou-se avanço.

Tabela 3. Recursos investidos no subcomponente 1.2. Criação de Unidades de Conservação

Diárias	Passagens	Consultorias	Impostos	Conta Vinculada	Serviços	TOTAL
R\$ 1.905,00	R\$ 9.196,74	R\$ 165.640,00	R\$ 30.728,00	R\$ 37.976,54	R\$ 24.000,00	R\$ 269.446,28

COMPONENTE 2. CONSOLIDAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SUBCOMPONENTE 2.1. CONSOLIDAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A análise da situação atual e dos avanços em termos de consolidação das unidades em grau I e grau II, será realizada tanto por Marco Referencial, no qual se identifica o alcance das metas dos indicadores do Programa por parte das unidades apoiadas, como por Unidade de Conservação, em que se verifica o avanço, manutenção ou regressão nos cenários da FAUC, em relação a aplicação anterior da ferramenta.

I) CONSOLIDAÇÃO GRAU I

a) Meta Global:

- Consolidar 23 milhões de hectares de unidades de conservação no bioma Amazônia.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

- 4 milhões de hectares consolidados no segundo ano (2013); 10 milhões de hectares, no terceiro ano (2014); 23 milhões de hectares, no quarto ano (2015).

Análise da Situação Atual e Avanços

Atualmente, o Programa conta com 58 Unidades de Conservação em grau I de consolidação, sendo cinco unidades do Mosaico do Apuí. Desta maneira, uma vez que o Mosaico do Apuí preenche a FAUC e os Planejamentos Operativos Bianuais como unidade única, considerou-se, para aferição dos avanços, 54 unidades de conservação. Dessas, 20 são de proteção integral e 34 de uso sustentável, englobando uma área de 25.779.944 ha.

O apoio do Programa à consolidação das Unidades de Conservação em grau I visa o alcance dos Marcos Referenciais listados abaixo.

Tabela 4. Indicadores para Alcance da Consolidação em Grau I

Subprojeto	Indicador/Marco Referencial	Grau de Consolidação Grau I	Fontes de verificação
Plano de manejo	Plano de manejo	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC); Parecer técnico do órgão gestor pela aprovação do plano de manejo e respectiva publicação.
Integração com entorno e Participação comunitária	Conselho Formado	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC); Portaria de criação do conselho pelo órgão gestor da unidade de conservação.
	Conselho em Funcionamento (Gestão Participativa)	50%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC).
Proteção e Manejo	Implementação do Plano Básico de Proteção	50%	FAUC; Parecer técnico do Órgão Gestor pela aprovação do Plano de Proteção.
Levantamento fundiário e Demarcação	Sinalização Básica	30%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC).
Operacionalização	Equipamentos Mínimos	45%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC).
	Equipe Técnica com no mínimo 2 funcionários.	50%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC).
	Alocação Orçamentária	Orçamento Geral da União: 25 milhões de dólares. Fundo Amazônia: 40 milhões de dólares.	Orçamento Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com comprovação de investimentos em: proteção, infraestrutura, salários de efetivos e terceirizados etc.

FONTE: adaptado do Manual Operacional do Programa

Análise por Marco Referencial

No período de referência deste relatório, verifica-se significativo avanço das Unidades em Grau I em relação aos Marcos Referenciais, com destaque para Funcionamento do Conselho, correspondente ao subprojeto Integração com entorno e Participação comunitária, e Equipamentos, correspondente ao subprojeto Operacionalização. Em ambos os Marcos, 17 unidades apresentaram avanços nos cenários FAUC com aplicação em 2014, em relação a aplicação anterior (Figura 2).

Nesse sentido, os resultados do programa para este subcomponente são positivos, como demonstrado pela predominância de avanço ou manutenção no status de consolidação das unidades apoiadas. De uma forma geral, para todos os marcos referenciais houve avanço ou manutenção do status em pelo menos 81% das unidades.

Por outro lado, o Marco Referencial Equipe Técnica destaca-se como uma das principais dificuldades para o avanço e consolidação das unidades, sendo o de maior regressão no período. Entre as 54 unidades apoiadas, 10 regrediram no cenário da FAUC de 2014, em relação à aplicação anterior, sendo 2 do estado do Mato Grosso e as demais federais.

Todavia, esse Marco Referencial não recebe aporte financeiro do Programa, pois consiste em compromisso dos órgãos gestores no processo de consolidação da gestão das Unidades de Conservação. Com isso, torna-se importante identificar estratégias para fortalecer a capacidade das Unidades no que concerne ao pessoal lotado para gerenciamento da UC, visto que a escassez de equipe técnica implica, inclusive, nas metas para os demais Marcos Referenciais.

Cabe destacar que parte dos regressos apresentados pelas Unidades corresponde a problemas recorrentes de interpretação dos cenários, agravado por constantes mudanças nas equipes gestoras, exigindo com isso, maior atenção no processo de preenchimento e validação por parte dos órgãos gestores.

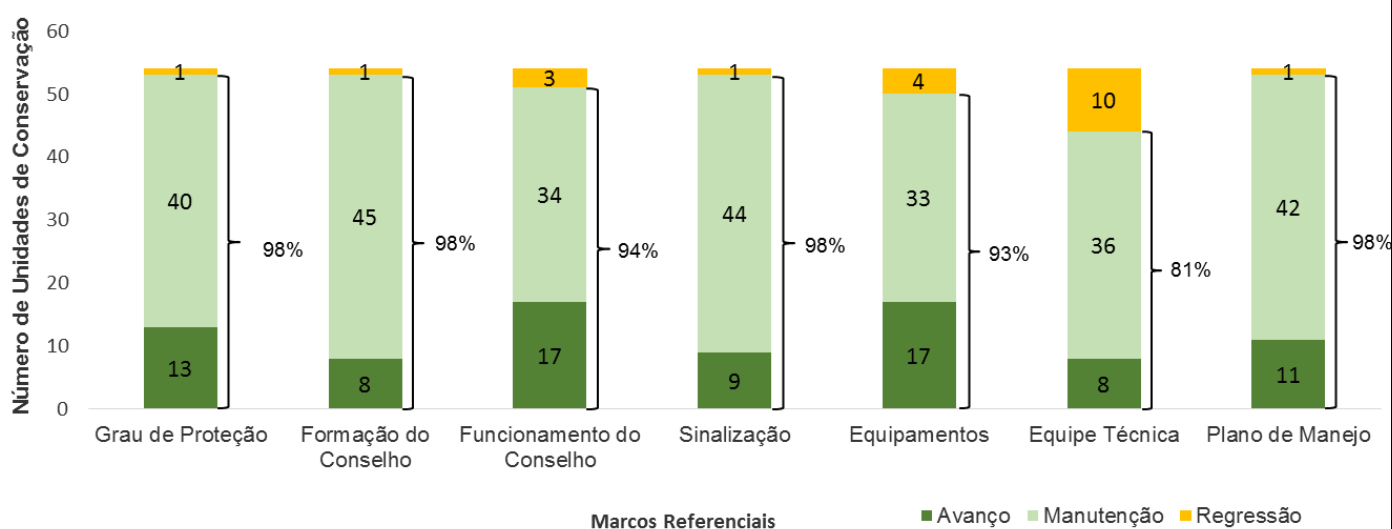


Figura 2. Acompanhamento da situação das Unidades de Conservação em grau I de consolidação em relação aos Marcos Referenciais do Programa (2013 – 2014)²

Análise por Unidade de Conservação

Em relação ao número de unidades que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para grau I, o resultado é positivo para todos os indicadores, com exceção de Equipe Técnica, no qual, nenhuma nova unidade alcançou o índice necessário na aplicação de 2014 da FAUC (Figura 3).

Merecem destaque os Marcos Grau de Proteção, Equipamentos e Funcionamento do conselho, os quais apresentaram o maior número de unidades alcançando a meta para consolidação no período, com 11 e 8 novas unidades, respectivamente. Da mesma maneira, destacam-se os Marcos Formação e Funcionamento do Conselho, correspondentes ao Subprojeto Integração com entorno e Participação comunitária, em função de parcela significativa das unidades, 96% e 83% terem alcançado a meta para consolidação em Grau I.

Em contrapartida, para o Marco Referencial de Plano de Manejo apenas 30% das unidades alcançaram a meta

² O cálculo consiste na subtração do resultado FAUC 2014 pelo resultado FAUC 2013. Logo, para resultado igual a zero considerou-se manutenção do cenário; para resultado negativo considerou-se regressão e para resultado positivo considerou-se avanço.

para consolidação em Grau I. Entre as 38 unidades que não possuem Plano de Manejo elaborado e publicado, 24 planejaram alcançar este indicador até 2015, enquanto que as demais 14 unidades não possuem e não devem alcançar este Marco até 2015 (Tabela 21, em anexo). Sendo assim, torna-se importante elaborar estratégias, especialmente no âmbito federal, que visem contribuir para que as unidades elaborem esta importante ferramenta de gestão e alcancem a meta do Programa.

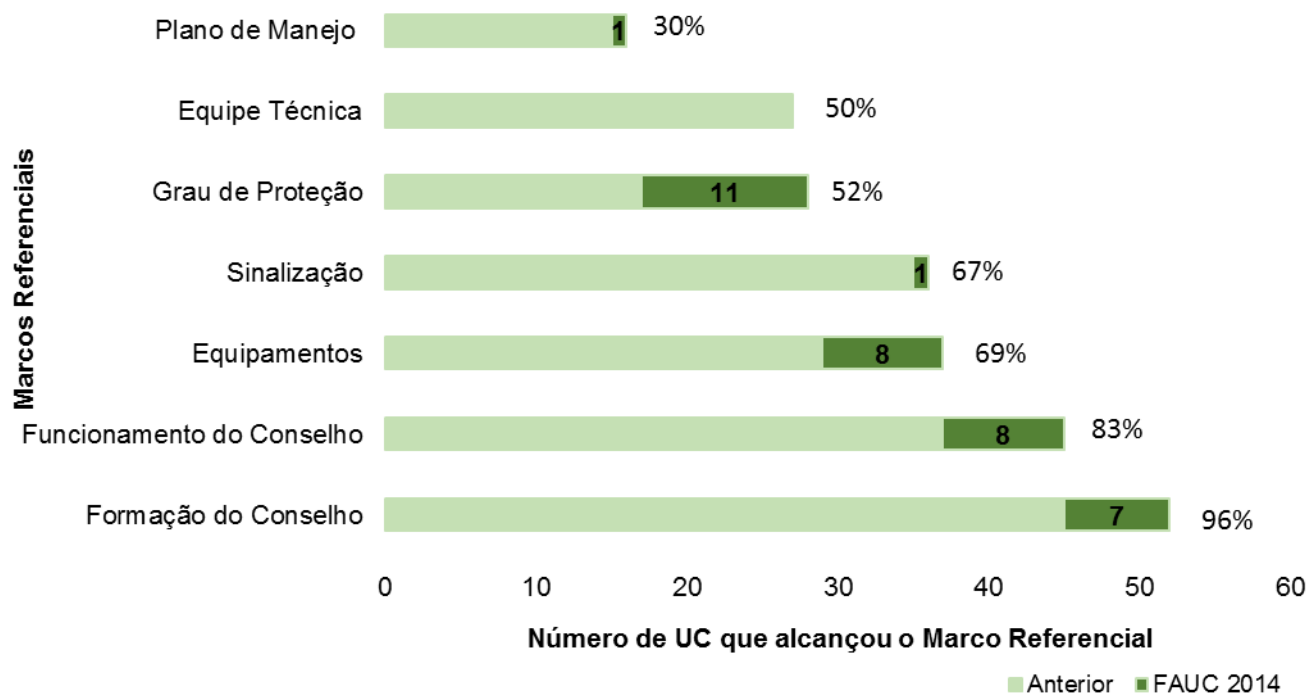


Figura 3. Número de Unidades de Conservação que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para consolidação em grau I em 2014, em relação ao número de unidades que os alcançaram nas aplicações anteriores da FAUC.

As unidades: Mosaico do Apuí; Parque Nacional Juruena; Reserva Extrativista Rio Jutai; Reserva Extrativista Arapixi e Reserva Extrativista Rio Xingu em função do status de consolidação avançado na FAUC 2013 começaram a operar a Fase III do Programa, com o primeiro desembolso do Fundo de Transição no segundo semestre 2014. Entretanto, na aplicação da FAUC 2014, as unidades Reserva Extrativista Arapixi e Reserva Extrativista Rio Xingu apresentaram regressos, no indicador de equipe técnica, para a primeira, e no de proteção para a segunda. Sendo assim, torna-se importante buscar mecanismos para que as unidades mantenham seu status de consolidação para além do alcance das metas.

Adicionalmente, no período deste relatório, a unidade Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas alcançou as metas estabelecidas em todos os Marcos referenciais do Programa, para consolidação em grau I. Desta maneira, somadas as unidades apoiadas pela Fase III e a nova unidade apta a consolidar, correspondem a 4.063.878 ha, que representa 18% da meta de área de unidades consolidadas em Grau I. (Tabela 5).

Tabela 5. Unidades de Conservação que alcançaram as metas do programa para consolidação em grau I

Unidade	Tamanho	Órgão Gestor	Ano de Criação	Entrada no Arpa	Observações
Mosaico do Apuí	1.368.970	Amazonas	2005	Fase I	Unidade passa a receber apoio da Fase III
PARNA Jurueña	1.957.000	ICMBio	2006	Fase I	Unidade passa a receber apoio da Fase III
RESEX Rio Jutai	275.533	ICMBio	2002	Fase I	Unidade passa a receber apoio da Fase III
RESEX Arapixi	133.637	ICMBio	2006	Fase I	Unidade passa a receber apoio da Fase III
RESEX Rio Xingu	303.841	ICMBio	2008	Fase I	Unidade passa a receber apoio da Fase III
PE Serra dos Martírios/Andorinhas	24.897	Pará	1996	Fase II (Nov./11)	Unidade consolidada neste relatório
Total	4.063.878				

Nesse sentido, outras onze unidades apresentaram, na FAUC aplicada em 2014, avançado status de consolidação, como pode ser verificado na Tabela 6. A maior parte das unidades dependem apenas do Marco Plano de Manejo, corroborando com o exposto acima, acerca da dificuldade das unidades em alcançar a meta de consolidação para este indicador. Cabe destacar que das oito unidades que dependem do indicador de Plano de Manejo para consolidação, cinco planejaram alcançar este Marco do Programa até 2015.

Tabela 6. Unidades de Conservação em estágio avançado de consolidação em Grau I

UNIDADE	TAMANHO	Órgão Gestor	ANO DE CRIAÇÃO	ENTRADA NO ARPA	Observações*
PARNA Serra do Divisor	842.736	ICMBio	1989	Fase I	Funcionamento do Conselho
ESEC Niquiá	283.600	ICMBio	1985	Fase II (Nov./11)	Plano de Manejo**
PARNA Serra da Cutia	283.612	ICMBio	2001	Fase I	Proteção
RESEX do Rio do Cautário	73.817	ICMBio	2001	Fase I	Plano de Manejo
RESEX Mapuá	94.464	ICMBio	2005	Fase I	Plano de Manejo **
RESEX Rio Unini	833.352	ICMBio	2006	Fase I	Plano de Manejo
ESEC Antônio Mujica Nava / Serra dos Três Irmãos	117.928	Rondônia	1990	Fase I	Plano de Manejo
RESEX do Rio Cautário	146.400	Rondônia	1995	Fase II (Nov./11)	Plano de Manejo
RDS Rio Amapá	214.133	Amazonas	2005	Fase I	Equipe Técnica
RESEX Médio Purus	604.209	ICMBio	2008	Fase I	Plano de Manejo**
PN Nascentes do Lago Jari	812.141	ICMBio	2008	Fase II (Nov./11)	Plano de Manejo
Total	4.306.392				

*Marcos Referenciais que ainda não foram alcançados

** Unidades que não planejaram alcançar este Marco no Planejamento Operativo Bianual 2014/2015

Além disso, de acordo com Planejamento Operativo Bianual do Programa prevê-se a consolidação em Grau I por

outras 26 Unidades de Conservação, que correspondem a 15.320.337,54 hectares. Desta forma, considerando os 4.063.878 hectares de unidades consolidadas, somadas aos 18.644.456 hectares de unidades que planejaram alcançar a consolidação em grau I, o Programa planeja atingir 98,7 % da meta para este subcomponente até o final de 2015.

Desta maneira, para que os resultados apresentados fossem obtidos foram executados R\$ 7.678.428,56, sendo que a maior parte deste recurso corresponde ao subprojeto Operacionalização (Tabela 7).

Tabela 7. Detalhamento da execução para o componente 2.1 – Consolidação Grau I.

Plano de Manejo	Integração com o Entorno	Levantamento Fundiário e Demarcação	Operacionalização	Proteção e Manejo	TOTAL
R\$ 980.943,51	R\$ 1.326.088,99	R\$ 292.662,85	R\$ 3.615.857,81	R\$ 1.462.875,40	R\$ 7.678.428,56

II) CONSOLIDAÇÃO GRAU II

a) Meta Global:

- Consolidar 9 milhões de hectare de unidades de conservação no bioma Amazônia.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

- 3 milhões de hectares consolidados no segundo ano (2013); 6 milhões de hectares, no terceiro ano (2014); 9 milhões de hectares, no quarto ano (2015).

Análise da Situação Atual e Avanços

O Programa apoia, neste subcomponente, 37 Unidades de Conservação, sendo 25 de proteção integral e 12 de uso sustentável, resultando em 26.350.162 ha. O apoio para consolidação das Unidades de Conservação em grau II visa o alcance dos Marcos Referenciais presentes na tabela abaixo

Tabela 8. Indicadores para Alcance da Consolidação Grau II

Subprojeto	Indicador/Marco Referencial	Grau de Consolidação Grau II	Fontes de verificação
Plano de Manejo	Plano de manejo (Revisão)	100%	FAUC; Parecer técnico do órgão gestor pela aprovação do plano de manejo e respectiva publicação; Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.
Integração com entorno e Participação comunitária	Conselho em Funcionamento (Gestão Participativa)	50%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC); Atas das reuniões do conselho gestor, atestando a realização das reuniões ordinárias de acordo com o regimento interno.
	Termos de Compromisso para unidades de proteção integral ou Concessão de Direito Real de Uso para unidades de uso sustentável	100%	FAUC, Termos de compromisso ou de concessão de direito real de uso assinados.
Levantamento fundiário e Demarcação	Sinalização	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC).
	Demarcação	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC).
	Situação fundiária	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC).
Pesquisa e Monitoramento	Pesquisa (Inventário dos Recursos Naturais)	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC)
	Monitoramento (Monitoramento de 1 indicador socioambiental ou social)	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC)
Proteção e Manejo	Implementação do Plano Básico de Proteção	80%	FAUC; Parecer técnico do Órgão Gestor pela aprovação do Plano de Proteção.
Operacionalização	Equipe Técnica com no mínimo 5 funcionários.	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC)
	Equipamentos Mínimos	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC)
	Instalações Mínimas	100%	Preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC)

FONTES: Adaptado de Manual Operacional do Programa.

Análise por Marco Referencial

Em todos os marcos referenciais o avanço ou manutenção do status de consolidação para Unidades de Conservação em grau II foi de pelo menos 89%. Adicionalmente, cabe destacar que para sete indicadores, verifica-se 100% em termos de avanço ou manutenção no status de consolidação das unidades em relação a aplicação anterior da FAUC (Figura 4).

Os indicadores com melhores resultados em termos de avanço são Funcionamento do Conselho, Instalações Mínimas, Sinalização e Monitoramento, que correspondem aos subprojetos Integração com entorno e Participação comunitária, Operacionalização, Levantamento fundiário e Demarcação, e Pesquisa e Monitoramento.

Por outro lado, os marcos Equipe Técnica e Proteção, correspondentes aos subprojetos de Operacionalização e Proteção e Manejo, apresentaram os maiores níveis de regressão no status de consolidação da FAUC 2014, em relação a aplicação anterior, destaca-se a Reserva Biológica Uatumã que regrediu em ambos os indicadores. Os demais regressos também são de unidades federais, com exceção do Parque Estadual Cristalino, que regrediu em termos de funcionamento do conselho, cujo órgão gestor é o Mato Grosso.

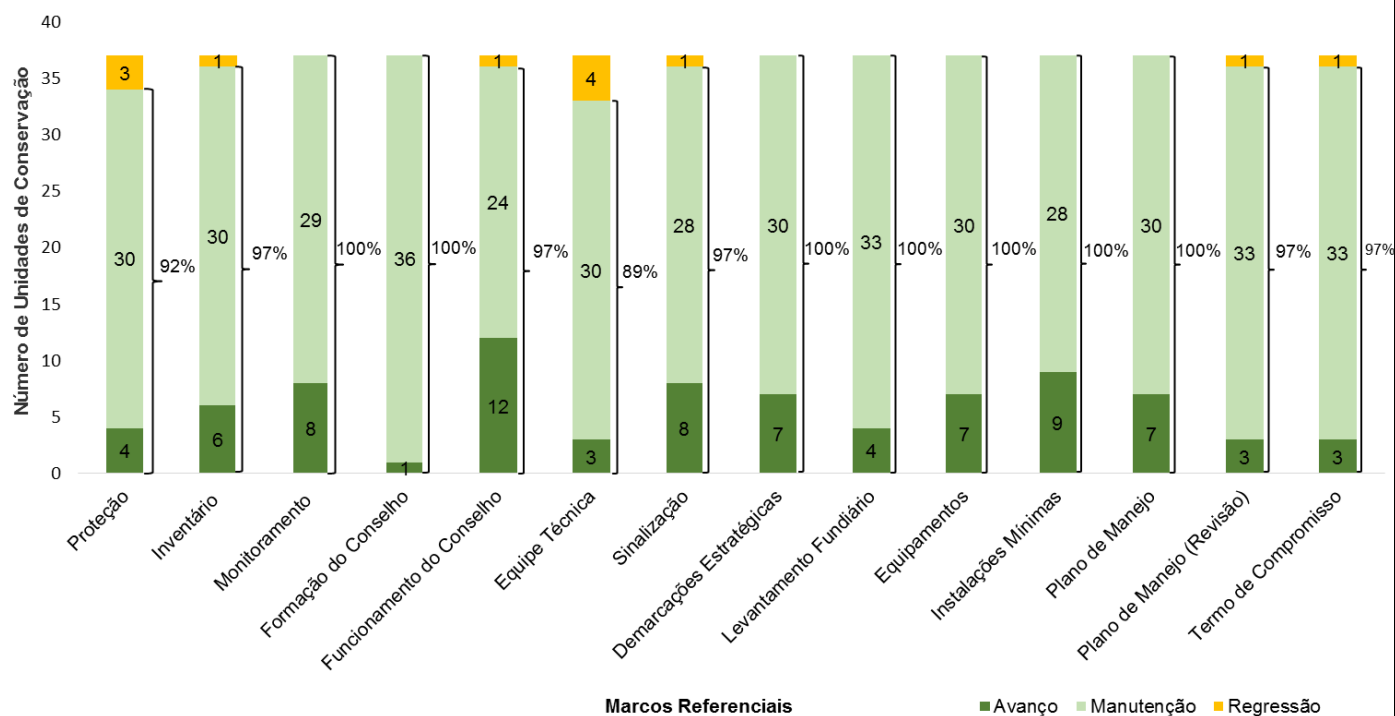


Figura 4. Acompanhamento da situação das Unidades de Conservação em grau I de consolidação em relação aos Marcos Referenciais do Programa (2013 – 2014)³

ANÁLISE POR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Houve significativo incremento no número de Unidades de Conservação que alcançaram as metas estabelecidas pelos Marcos Referenciais para consolidação em grau II. Os maiores avanços são observados em Funcionamento do Conselho, Equipamento e Inventário, que correspondem aos subprojetos de Integração com entorno e Participação comunitária, Operacionalização e Pesquisa e Monitoramento (Figura 5).

Além disso, merece destaque os marcos Formação e Funcionamento do Conselho, referentes ao subprojeto Integração com entorno e Participação comunitária, para os quais, 97% e 86% das unidades alcançaram as metas do Programa para os referidos indicadores. Da mesma maneira, 81% das unidades alcançaram o marco Plano de manejo ao longo dos anos de apoio do Programa.

³ O cálculo consiste na subtração do resultado FAUC 2014 pelo resultado FAUC 2013. Logo, para resultado igual a zero considerou-se manutenção do cenário; para resultado negativo considerou-se regressão e para resultado positivo considerou-se avanço.

De outro modo, para os indicadores Revisão do Plano de Manejo, Demarcação, Sinalização, Proteção e Termo de Compromisso, nenhuma nova unidade alcançou a meta para consolidação em grau II na aplicação da FAUC em 2014, em relação a aplicação anterior.

Neste sentido, torna-se necessário estabelecer estratégias que possam contribuir em termos de consolidação nos indicadores de Revisão do Plano de Manejo, Demarcação, Inventário, Equipe Técnica, Sinalização e Proteção para os quais menos de 30% das unidades alcançaram as metas do Programa.

Em relação a meta de Revisão do Plano de manejo, cabe destacar que das 30 unidades que o possuem, 63% tem menos de 5 anos, 13% possuem entre 6 e 7 anos, e outros 23% foram publicados a mais de 10 anos (Tabela 22, em anexo). Sendo assim, apenas 36% das unidades em grau II demandam revisão do seu Plano de Manejo, visto que a maior parte das unidades possuem planos recentes ou ainda não concluíram sua elaboração. Ademais, de acordo com o Planejamento Operativo Bianual, 7 unidades planejam concluir a Revisão do seu Plano de Manejo até 2015.

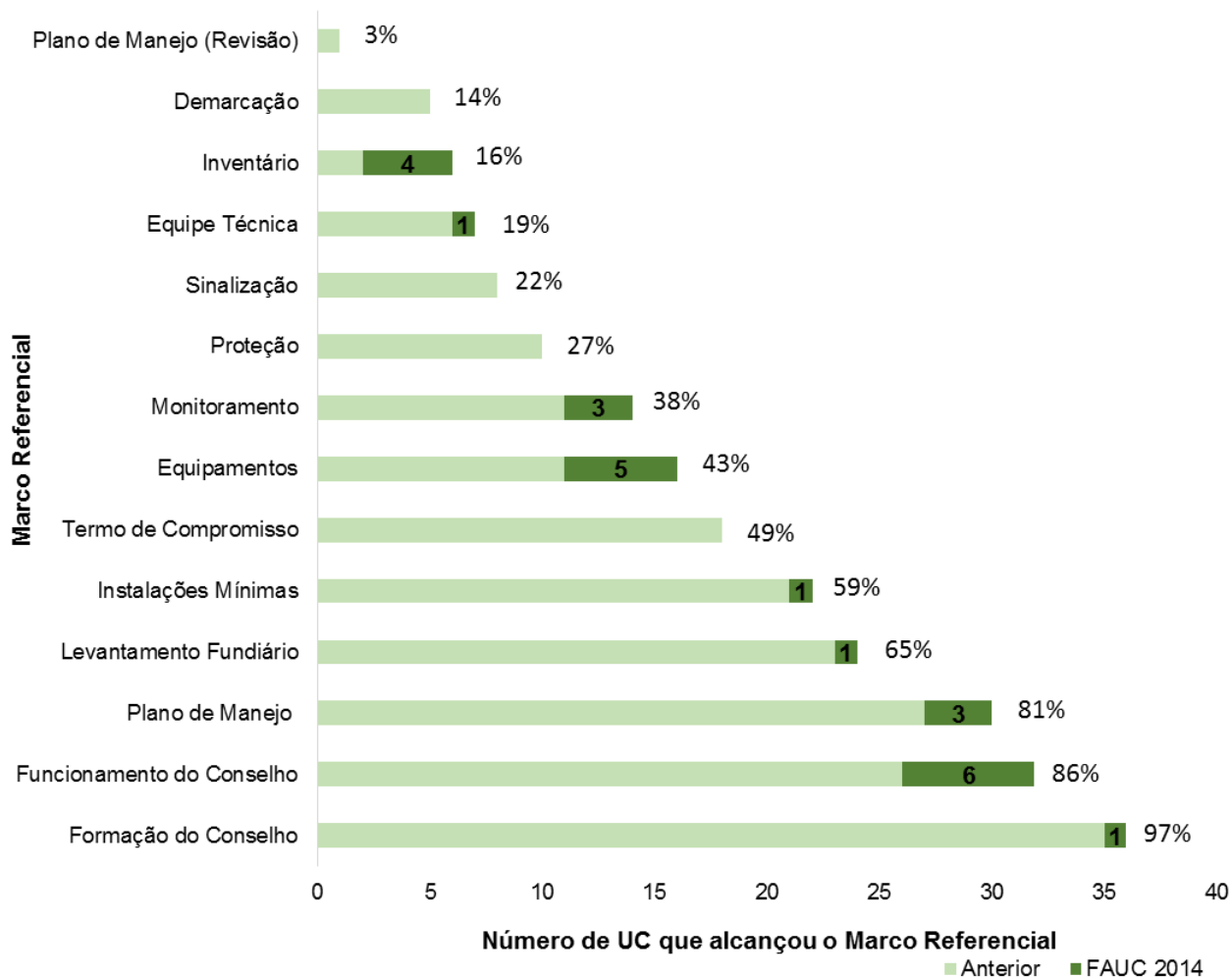


Figura 5. Número de Unidades de Conservação que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para consolidação em grau II em 2014, em relação ao número de unidades que os alcançaram nas aplicações anteriores da FAUC.

A unidade Parque Estadual Cantão atingiu a meta de consolidação em grau II para todos os Marcos Referenciais do Programa. Além disso, a Reserva Biológica Jarú encontra-se em estágio avançado de consolidação, sendo que ambas as unidades começaram a operar a Fase III do Programa (Tabela 9).

Por outro lado, as unidades Parque Nacional do Jamaxim e Reserva Extrativista Verde para Sempre, destacam-se em termos de estágio menos avançado de consolidação, sendo que a primeira não atingiu as metas para consolidação em nenhum dos Marcos do Programa, enquanto a segunda alcançou apenas a meta para dois indicadores. Cabe destacar que ambas as unidades apresentam equipe técnica insuficiente, sendo que a primeira não possui pessoal lotado exclusivo para a gestão da unidade, e a segunda possui apenas um responsável para gerenciar a UC, quando a meta para unidades em grau II de consolidação é de no mínimo 5 funcionários.

Tabela 9. Unidades de Conservação em estágio avançado de consolidação em Grau II

UNIDADE	TAMANHO (ha)	Órgão Gestor	ANO DE CRIAÇÃO	ENTRADA NO ARPA	Observações
REBIO Jarú	328.150	ICMBio	1979	Fase I	Unidade passa a receber apoio da Fase III
PE Cantão	100.413	Tocantins	1998	Fase I	Unidade passa a receber apoio da Fase III
Total	428.563				

De acordo com o Planejamento Operativo Bianual para os anos de 2014 e 2015 prevê-se que ao menos outras treze unidades alcancem os Marcos Referenciais para consolidação em grau II, correspondendo a 7.657.786 hectares. Desta maneira, somando as unidades em estágio avançado de consolidação com aquelas que devem alcançar as metas até o final de 2015, alcança-se 89,8% da meta do Programa para este subcomponente.

Para que os resultados apresentados no referido subcomponente do Programa fossem obtidos foram executados R\$ 6.852.757,66, sendo que a maior parte deste recurso corresponde aos subprojetos Operacionalização, Proteção e Manejo e Integração com entorno (Conselho Gestor), respectivamente (Tabela 10).

Tabela 10. Detalhamento da execução para o componente 2.1 – Consolidação Grau II.

Plano de Manejo	Integração com o Entorno	Levantamento Fundiário e Demarcação	Operacionalização	Proteção e Manejo	Pesquisa e Monitoramento	TOTAL
106.115,17	1.338.763,64	284.418,00	2.686.024,51	1.660.092,28	777.344,06	6.852.757,66

SUBCOMPONENTE 2.2. MODELOS DE GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

a) Meta Global:

- Implementar 5 modelos de gestão

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

· Plano preparado em 2012;

- Ao menos 3 modelos selecionados e implementação iniciada em 2013;

- Ao menos 3 modelos testados e estudos de caso preparados em 2015.

Análise da Situação Atual e Avanços

No período analisado, não foram executados recursos financeiros neste subcomponente. No entanto, existe uma articulação entre ICMBio e o Arpa, no sentido de iniciar a execução de pelo menos dois modelos de gestão, o que está em negociação.

SUBCOMPONENTE 2.3. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES

a) Meta Global:

- Apoiar até 30 UC, com um plano de ação por UC.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

- Pelo menos 20 planos de ação implementados com comunidade e população indígena durante a segunda fase.

- 5 planos implementados no segundo ano (2013), 10 no terceiro ano (2014), 20 no quarto ano (2015).

Análise da Situação Atual e Avanços

Este subcomponente tem como objetivo promover a articulação e o fortalecimento institucional de organizações comunitárias e comunidades residentes em Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa, visando à utilização sustentável dos recursos. A elaboração dos projetos se dá por meio dos Planos de Ação Sustentável (PAS), direcionados para comunidades não-indígenas, e dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI).

São beneficiadas com os PAS comunidades residentes em UC federais e estaduais (ou delas usuárias) de Uso Sustentável (com o Plano de Utilização elaborado), e de Proteção Integral (com o Termo de Compromisso firmado). Por meio dos PPI são contemplados povos indígenas cujos territórios tenham interface com unidades federais e estaduais e que possuam alguma relação com as mesmas.

Neste subcomponente são apoiados 23 planos de ação, considerando que 9 novos planos de ação foram contemplados em junho de 2014, somando aos 14 já apoiados. Desta maneira, a meta intermediária do Programa para este subcomponente foi superada. Para tanto, durante o período analisado foram executados R\$ 295.307,27, conforme detalhamento na tabela abaixo.

Tabela 11. Recursos investidos no subcomponente 2.3. Integração das Comunidades

Diárias	Combustível	Passagens	Serviços	Impostos	Bens	Conta Vinculada	TOTAL
R\$ 73.380,00	R\$ 6.100,00	R\$ 31.250,45	R\$ 59.032,13	R\$ 6.539,54	R\$ 24.637,00	R\$ 94.368,15	R\$ 295.307,27

SUBCOMPONENTE 2.4. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA A GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

a) Meta Global: Implementar Plano Estratégico de Capacitação.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa.

- Plano preparado em 2012;
- Plano implementado em 2013, 2014;
- Plano implementado e avaliado em 2015.

Análise da Situação Atual e Avanços

As atividades de capacitação advém do [Plano Estratégico de Capacitação](#), construído em 2013 e finalizado no início de 2014. Suas linhas principais são: a) capacitações técnicas em 14 cursos selecionados da grade de cursos do ICMBio, relacionados aos marcos referenciais do Programa; b) fomento a educação à distância (EaD) no Programa Arpa; e c) curso de procedimentos Arpa, compreendendo introdução ao Programa e instruções quanto às operações do dia-a-dia do Programa, tais como: utilização do sistema Cérebro 2.0, procedimentos para utilização da Conta vinculada, regras para compras, contratações e pedidos de diárias e passagens.

Em relação às capacitações técnicas do Arpa, no período de análise do relatório, foi estruturada a parceria com o ICMBio para viabilização da execução dos cursos, com início a partir do mês de agosto de 2014. A maioria dos cursos do ICMBio são executados no segundo semestre pois a organização dos cursos demanda: a) em média 60 dias entre o lançamento do edital e sua realização, b) prazo prévio de planejamento do curso por cada área técnica, e c) em alguns casos, procedimentos de licitação para contratação de consultoria.

Até a data de fechamento deste relatório, dos 14 cursos planejados foram executados 5 e outros 2 possuem data prevista de execução.

A respeito do fomento a EaD no programa Arpa, no primeiro semestre de 2014 foi fechado o TdR para contratação de consultoria e aberto o [edital para contratação](#). Até a data de fechamento deste relatório, o processo seletivo foi finalizado e a empresa selecionada se encontrava no procedimento de assinatura de contrato.

Em relação ao Curso de Procedimentos do Arpa, no período de março de 2013 a junho de 2014 foram formadas 6 turmas de capacitação, totalizando 84 pessoas capacitadas, conforme quadro abaixo:

Tabela 12. Relação de capacitações realizadas

Período	Local	Capacitados por tipologia	Total de pessoas
10 a 12 de abril /2013	Brasília- MMA	9 Pontos Focais	9
13 a 15 de agosto /2013	RJ- Funbio	1 Ponto Focal, 2 Pontos Focais suplentes e 15 novos gestores	18
27 a 29 de agosto/ 2013	RJ- Funbio	2 ponto focais, 1 novo membro da UCP e 14 novos gestores	17
10 a 12 de março/ 2014	Rondônia - Sedam	7 gestores e 13 membros da SEDAM/RO	20
25 a 27 de março/ 2014	Altamira/PA - ICMBio	8 novos gestores	8
10 a 12 de março 2014	RJ - Funbio	10 novos gestores e 2 em reciclagem	12

Deste modo, no período de abrangência deste relatório foram executados R\$ 280.406,35, conforme detalhamento abaixo.

Tabela 13. Recursos investidos no subcomponente 2.4. Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas

Diárias	Hospedagem	Passagens	Serviços	Impostos	TOTAL
R\$ 61.192,90	R\$ 156.107,31	R\$ 13.396,62	R\$ 42.874,58	R\$ 6.834,94	R\$ 280.406,35

COMPONENTE 3. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

SUBCOMPONENTE 3.1. GESTÃO DO FUNDO DE ÁREAS PROTEGIDAS (FAP)

a) Meta Global:

- Operacionalizar o FAP, iniciando o apoio à manutenção das UCs consolidadas em grau II. Captar US\$ 70 milhões durante a segunda fase do Arpa.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

- 100% do orçamento aprovado

Análise da Situação Atual e Avanços

Em 12 de dezembro de 2013 foi assinado contrato de transferência de fundos no qual NATURA, BOTICÁRIO, WWF-Br e WWF- USA concordam em transferir os recursos do FAP (fundo fiduciário de capitalização permanente - "endowment fund") para o FUNDO de TRANSIÇÃO do ARPA (fundo de amortização - "sinking fund" - criado para apoiar financeiramente o ARPA), que continuará a ser gerido pelo Funbio.

O "sinking fund" foi criado com perspectiva de 25 anos até que o Governo Brasileiro tenha assumido ao final a integralidade dos custos das unidades de conservação integrantes do Programa Arpa.

Desta forma, os objetivos do Fundo de Transição são:

- (a) viabilizar a criação de 6 milhões de ha de novas Unidades de Conservação;
- (b) completar a consolidação de 60 milhões de ha de UCs e manter essas UCs segundo os Marcos Referenciais estabelecidos para o Programa ARPA (c) aumentar, de forma gradativa, os recursos fornecidos pelos governos ao Programa ARPA, de forma que, após um período de 25 anos, esses governos financiem 100% (cem por cento) dos custos do Programa ARPA, sem qualquer suporte adicional do FT ou de quaisquer outros fundos de doadores.

Em 21 de maio de 2014 foi assinado o contrato de repasse de recursos do WWF para o Fundo de Transição no valor de US\$ 22 milhões.

Tabela 14. Posição do Fundo de Transição em 30 de junho de 2014

FUNDO de TRANSIÇÃO	R\$ MIL	US\$ MIL
FAP FASE I	76.011	34.511
WWF E GEF	69.552	31.578
NATURA/BOTICARIO	6.459	2.933
FAP FASE II	62.988	28.598
KfW	62.988	28.598
ARPA FASE I e II	138.998	63.109
Fundo de Transição ARPA FASE III	19.628	8.912
TOTAL	158.627	72.021

No período avaliado foram executados R\$ 20.126,19, conforme detalhamento abaixo

Tabela 15. Recursos investidos no subcomponente Gestão do Fundo de Áreas Protegidas (FAP)

Diárias	Passagens	Serviços	TOTAL
R\$ 1.217,36	R\$ 18.013,16	R\$ 895,67	R\$ 20.126,19

SUBCOMPONENTE 3.2. GERAÇÃO DE RECEITA PARA AS UC

a) Meta Global:

- Apoiar 6 estudos estratégicos, 6 planos de sustentabilidade financeira para as UCs e 3 subprojetos piloto de geração de receita.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

- Grupo de trabalho formado e em operação (2012); dois estudos e um plano desenvolvimentos (2013); 4 estudos e 3 planos implementados (2014); 6 estudos e 4 planos implementados e avaliados (2015)

Análise da Situação Atual e Avanços

A execução deste subcomponente é realizada pelo Funbio, o qual vem trabalhando basicamente em duas frentes de ação: 1) desenvolver um estudo de dimensionamento da demanda financeira de todo o programa, incluindo tanto a demanda presente quanto a de longo prazo e; 2) desenvolver estratégias de geração de recursos financeiros para o ARPA.

O foco da atuação tem sido voltada ao desenvolvimento de estratégias de geração de recursos financeiros complementares para o programa ARPA. Esta busca se viabilizou no engajamento de outros parceiros estratégicos e teve como principal foco as possibilidades de diversificação das fontes de financiamento dos estados. Nesse período foram desenvolvidos junto aos estados do Pará, Rondônia, e estão em curso nos estados do Amapá e Amazonas estudos voltados ao desenvolvimento de novos mecanismos financeiros. Com destaque para a gestão de compensações ambientais e ou fundos de *matching* como no caso do Amapá.

Nesse período outros desenhos foram propostos, como o estudo relativo a uma possível conversão de dívida, entre o governo e privados credores de créditos derivados da Lei Kandir. Uma segunda frente em discussão diz respeito a possibilidade de se negociar REDD em unidades de uso sustentável, essa iniciativa envolve um grande número de parceiros e se viabilizada pode significar uma importante fonte adicional de recursos.

Durante o período de abrangência deste relatório foram executados R\$ 307.456,71, sendo a maior parte referente a gestão do Funbio (Tabela 16).

Tabela 16. Recursos investidos no subcomponente Geração de receita para as UC

Diárias	Passagens	Impostos	Gestão Funbio	TOTAL
R\$ 18.419,06	R\$ 31.149,02	R\$ 68.901,14	R\$ 188.987,49	R\$ 307.456,71

COMPONENTE 4. MONITORAMENTO, COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA

SUBCOMPONENTE 4.1. COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

a) Meta Global:

- Manter atualizada a Estratégia de Conservação e Investimento (ECI);
- Manter o Sistema de Gerenciamento do ARPA (SisArpa) atualizado, estável e com bom desempenho;
- Manter as instâncias do ARPA fortalecidas e atuantes, realizando anualmente 02 reuniões do CP e do FT.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

- ECI atualizada

Análise da Situação Atual e Avanços

A Estratégia de Conservação e Investimento (ECI) está atualizada e o Sistema de Gerenciamento do Arpa (SisArpa) encontra-se em atualização para formato off-line, sendo o módulo FAUC já finalizado e utilizado pelo Programa para levantamento dos dados técnicos presentes neste relatório.

Além disso, durante o período deste relatório foram realizadas duas reuniões do Comitê do Programa, nos meses de outubro e dezembro de 2013, bem como prevê-se um novo encontro no segundo semestre de 2014. Em relação as reuniões do Fórum Técnico, foram realizados três encontros, em junho de 2013 e em abril e setembro de 2014. Para tanto, foram executados R\$ 804.426,75, conforme detalhamento abaixo.

Por meio deste componente foram custeadas ainda três oficinas para Planejamento Operacional Bianual do Programa, ocorrida em novembro de 2013, em Brasília, reunindo gestores de todas as UCs do Arpa, órgãos gestores, Funbio e UCP, de forma a facilitar a comunicação para finalização no planejamento operacional do Programa para os anos de 2014/2015.

Tabela 17. Recursos investidos no subcomponente Coordenação do Programa

Diárias	Passagens	Consultorias	Serviços	Impostos	Bens	TOTAL
R\$ 61.440,00	R\$ 316.285,09	R\$ 56.800,00	R\$ 322.251,50	R\$ 25.445,48	R\$ 22.204,68	R\$ 804.426,75

SUBCOMPONENTE 4.2. GERENCIAMENTO FINANCEIRO E LOGÍSTICO

a) Meta global:

- Garantir a gestão financeira eficiente dos recursos colocados à disposição do Programa ARPA.

Análise da situação atual e avanços

Com intuito de acelerar a execução do Programa, foi realizado um levantamento de todas as consultorias e serviços solicitados nos POAs 2012-2013 e foram propostos modelos de especificações padrão e consultorias, discutidos e validados no âmbito do Fórum Técnico.

Adicionalmente, Funbio e UCP têm investido na análise de atendimento da demanda de relatoria na Fase III do Programa, perspectiva de atendimento e proposição de cronograma para entrega dos relatórios. Além disso, foi iniciada a readequação do sistema Cérebro para fornecimento das informações financeiras exigidas de acordo com o novo MOP.

Enquanto secretaria executiva, o Funbio organizou a eleição dos novos representantes da Comissão de Gestores para exercício de mandato de abril de 2014 a abril de 2016.

Foram contratadas duas novas assistentes para a gerência ARPA/Funbio e um novo analista de compras para a área de *procurement*. Para tanto, foram executados R\$ 4.397.633,97, conforme detalhamento abaixo.

Tabela 18. Recursos investidos no subcomponente 4.2. Gerenciamento Financeiro e logístico

Diárias	Passagens	Consultorias	Serviços	Impostos	Bens	Gestão Funbio	TOTAL
R\$ 51.113,37	R\$ 150.461,07	R\$ 31.666,66	R\$ 530.306,65	R\$ 939.910,34	R\$ 12.027,88	R\$ 2.682.148,00	R\$ 4.397.633,97

SUBCOMPONENTE 4.3. DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA

a) Meta global:

- Implementar Plano Estratégico de Comunicação.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

- Estratégia de Comunicação preparada em 2012;
- Estratégia de Comunicação implementada em 2013 e 2014;
- Estratégia de Comunicação implementada e avaliada em 2015.

Análise da situação atual e avanços

Durante o período analisado foram realizadas a atualização: a) do endereço do sítio de programaarpa.org.br para www.programaarpa.GOV.br, b) dos conteúdos do [site do Arpa](#), em suas três línguas; c) dos conteúdos da página do Programa [em rede social](#) e d) o envio periódico de informes, totalizando o envio de 24 “Notícias do Arpa”, que reuniram 108 notícias sobre o Programa, as UCs do Arpa, os parceiros do Programa bem como outras notícias de interesse do público do Arpa.

Foi realizada a confecção de camisas do Programa Arpa que foram distribuídas nas Oficinas de Planejamento do POA 14/15, realizada em novembro de 2013, em Brasília. Nesta oportunidade os gestores levaram quantitativo de camisas para distribuir em suas UCs, para apoiar o trabalho de suas equipes. Ainda nesta oportunidade, solicitou-se que os gestores divulgassem mais notícias sobre as atividades realizadas nas UCs do Arpa, para melhor circulação das informações, conforme diretriz do GT de comunicação do Arpa.

No final do primeiro semestre de 2014 foi realizada a distribuição de um kit de brindes do Arpa para os parceiros do Programa (gestores, órgãos gestores, doadores, MMA e Funbio), contendo: mochila, adesivos, *squeeze*, kit de post-it, camisa, pen-drive, canetas e lápis, além de uma carta de apresentação com instruções para o bom uso do material de divulgação.

Ademais, foi organizado o evento de assinatura do Memorando de Entendimento e da Portaria/MMA que instituiu a Fase III do Programa, com a exibição de um novo vídeo sobre o Arpa, além de concedida uma entrevista para a TV Senado, disponíveis na área de vídeos do sítio do Arpa. Ainda, o Programa Arpa foi divulgado em outros eventos, tais como reuniões da OTCA.

Assim, foram implementadas ações do [Plano estratégico de comunicação](#) com a execução de R\$ 210.286,89

Tabela 19. Recursos investidos no subcomponente 4.3. Divulgação e Comunicação do Programa

Diárias	Passagens	Consultorias	Serviços	Impostos	Bens	TOTAL
R\$ 2.400,00	R\$ 14.344,89	R\$ 45.000,00	R\$ 127.252,00	R\$ 9.000,00	R\$ 12.290,00	R\$ 210.286,89

SUBCOMPONENTE 4.4 – MONITORAMENTO DO PROGRAMA

a) Meta global:

- Avaliar a efetividade da gestão das unidades de conservação e o avanço das metas de consolidação decorrente dos recursos aportados pelo Programa;

- Avaliar a efetividade dos esforços empreendidos pelo programa em relação aos objetivos propostos de assegurar a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade da região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

b) Meta Intermediária Estabelecida na Matriz Lógica do Programa:

· FAUC atualizada;

· Manual de Monitoramento Socioambiental atualizado 2012, modelo aplicado em 2013 e 2014, em 2015, modelo avaliado.

Análise da situação atual e avanços

Durante o período avaliado realizou-se a atualização da FAUC por meio do novo SisArpa, conforme contratação de consultoria especializada para transformação do sistema para o formato off-line, no âmbito do subcomponente 4.2. Adicionalmente, foi iniciado o preenchimento da *Tracking Tool*, paralelamente ao preenchimento da FAUC.

Sobre o monitoramento da biodiversidade, foram selecionadas 4 UCs em grau II apoiadas pelo Programa Arpa (Reserva Biológica do Uatumã, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e Parque Nacional do Jaú) para a aplicação experimental dos protocolos de monitoramento elaborados no âmbito do projeto “Monitoramento da Biodiversidade com relevância para o clima em nível de unidades de conservação, considerando medidas de adaptação e mitigação”, que é coordenado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA), e o ICMBio, e conta com apoio do Governo Alemão no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) e da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). Os grupos definidos para esse primeiro momento do projeto foram: árvores lenhosas, borboletas frugívoras, aves cinegéticas e mamíferos de médio e grande porte.

Complementarmente, foram selecionadas outras 21 unidades para implementação dos protocolos, treinamento dos monitores e a execução do monitoramento. Para tanto, foram executados R\$ 89.239,35 neste subcomponente.

Tabela 20. Recursos investidos no subcomponente Monitoramento do Programa

Diárias	Combustível	Passagens	Serviços	TOTAL
R\$ 120,00	R\$ 8.624,94	R\$ 460,84	R\$ 80.033,57	R\$ 89.239,35

CONCLUSÕES

A análise geral do andamento do Programa, no período de março de 2013 a junho de 2014, é considerada positiva, uma vez que foram identificados significativos avanços na maior parte dos subcomponentes.

Houve reduzido avanço em termos de criação de novas Unidades de Conservação, entretanto, há que se destacar neste subcomponente o apoio do Arpa no Programa Terra Legal Amazônia que resultou em cerca de 4 milhões de hectares de terras públicas federais, nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em relação à performance de consolidação: das 54 Unidades de Conservação (UCs) apoiadas em Grau I, a maioria das UCs atingiu o Marco Referencial (MR) de Conselho Gestor, por outro lado os MRs de Plano de Manejo e Equipe Técnica merecem atenção. Em relação às 37 UCs de Grau II, a maioria atingiu o MR de Plano de Manejo e Conselho Gestor, neste caso a atenção deve ser dada aos MRs de demarcação, pesquisas, equipe técnica, sinalização e proteção.

Merece destaque a consolidação de seis unidades em grau I, totalizando 4.063.878 hectares, sendo que cinco dessas unidades começaram a operar a fase III do Programa. Da mesma maneira, duas unidades em grau II de consolidação também começam a operar na fase III, sendo que uma delas alcançou a meta em todos os marcos enquanto a outra se encontra em estágio avançado de consolidação.

Assim, outro grande resultado do período foi a finalização das negociações e acordos que resultaram no início da Fase III do Programa Arpa.

Ainda, foram constatados significativos progressos nos subcomponentes: (i) Integração das comunidades, com o apoio a nove novos planos de ação em junho de 2014; (ii) Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas, com execução de cursos em parceria com a Acadebio/ICMBio, curso de Procedimentos do Arpa e contratação da empresa que auxiliará na etapa à distância dos cursos de capacitação do Arpa; (iii) Coordenação do Programa, com a realização de oficinas de planejamento operacional 2014/2015 em conjunto com todos os envolvidos, além da conversão do Sisarpa para formato off-line, com finalização do módulo Fauc; (iv) Gerenciamento Financeiro e Logístico, com a implementação de modelos de especificações padrão para otimizar a execução; (v) Divulgação e Comunicação do Programa, com divulgação periódica de notícias no site, redes sociais e mala direta, além da distribuição de kits de brindes do Programa; (vi) Monitoramento do Programa, com a seleção de outras 21 unidades para implementação dos protocolos, treinamento dos monitores e a execução do monitoramento de biodiversidade, além da aplicação de Fauc e Tracking Tool.

Anexos

Tabela 21. Situação das unidades de conservação em consolidação grau I em relação ao Plano de Manejo

CNUC	UC	Órgão gestor	Observação
149	PN Serra do Divisor	ICMBio	Possui Plano de Manejo
188	PN Serra da Cutia	ICMBio	Possui Plano de Manejo
235	RESEX Médio Juruá	ICMBio	Possui Plano de Manejo
239	RESEX Rio Jutai	ICMBio	Possui Plano de Manejo
281	PN Juruena	ICMBio	Possui Plano de Manejo
285	RESEX Arapixi	ICMBio	Possui Plano de Manejo
988	RDS Rio Amapá	AM	Possui Plano de Manejo
990	RDS Uatumã	AM	Possui Plano de Manejo
1004	MOSAICO do Apui	AM	Possui Plano de Manejo
1021	PE Serra dos Martírios/Andorinhas	PA	Possui Plano de Manejo
1033	REBIO Maicuru	PA	Possui Plano de Manejo
1034	ESEC Grão Pará	PA	Possui Plano de Manejo
1506	RESEX Rio Gregório	AM	Possui Plano de Manejo
1573	RDS do Juma	AM	Possui Plano de Manejo
1635	RESEX Rio Xingu	ICMBio	Possui Plano de Manejo
1733	RESEX Canutama	AM	Possui Plano de Manejo
218	RDS Itatupã_Baquiá	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
221	RESEX Barreiro das Antas	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
238	RESEX do Rio Cautário – ICMBio	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
283	RESEX Rio Unini	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
292	RDS do Iratapuru	AP	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
448	PE Serra Ricardo Franco	MT	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
451	ESEC Rio Ronuro	MT	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
463	RESEX Guariba-Roosevelt	MT	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
470	PE Xingu	MT	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
768	ESEC Mujica e Serra dos Três Irmãos	RO	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
775	RESEX estadual Rio Cautário	RO	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
777	RESEX Rio Preto Jacundá	RO	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
981	RDS Amanã	AM	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
987	RDS Piagaçu Purus	AM	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1006	PE Rio Negro Setor Sul	AM	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1518	RESEX Rio Cajari	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1626	PN Nascentes o Lago Jari	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1628	RESEX Rio Ituxi	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1730	RDS Rio Negro	AM	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1732	RDS Igapó-Açu	AM	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1736	PE do Matupiri	AM	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015

1810	RESEX Renascer	ICMBio	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1899	ESEC do Rio Roosevelt	MT	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
1977	RDS do Rio Madeira	AM	Planejou finalizar Plano de Manejo até 2015
58	ESEC Maracá-Jipioca	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
60	Esec Niquiá	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
67	ESEC Jari	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
189	PN Serra da Mocidade	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
227	RESEX Maracanã	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
241	RESEX Ipau Anilzinho	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
244	RESEX Mapua	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
257	RESEX Riozinho da Liberdade	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
264	PN Rio Novo	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
273	RESEX Arioca pruanã	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
274	RESEX Alto tarauaca	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
279	RESEX Cururupu	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
282	RESEX Terra Grande	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015
1606	RESEX Medio Purus	ICMBio	Não Possui e não planejou obter Plano de Manejo até 2015

Tabela 22. Situação das unidades em consolidação Grau II, em relação a publicação do Plano de Manejo

Unidades em Grau II de Consolidação	Publicação Plano de Manejo	Ano
ESEC DA TERRA DO MEIO	Não possui	-
PN DE ANAVILHANAS	Portaria nº 161, de 24/12/2002)	2002
ESEC DE MARACÁ	Não possui	-
ESEC RIO ACRE	PORTARIA N 66, DE 27 DE AGOSTO DE 2010	2010
ESEC JUAMI-JAPURÁ	Portaria nº162 de 24 de dezembro de 2002.	2002
PN DA SERRA DO PARDO	Não possui	-
PN DO CABO ORANGE	Portaria nº 06, de 18/01/2011	2011
PN DO JAÚ	Decreto N° 163 24/12/2002	2002
PN VIRUÁ	Portaria 47 de 17 de abril de 2014 (D. O. 22/04/2014)	2014
PN MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	Portaria no 28 de 10/03/2010	2010
REBIO DO GURUPI	N° 167 24/12/2002	2002
REBIO DO JARU	Portaria nº 26, de 11/03/2010	2010
REBIO DO LAGO PIRATUBA	Não possui	-
REBIO DO RIO TROMBETAS	N° 80 10/09/2004	2004
REBIO DO TAPIRAPÉ	Portaria nº 022, de 11/03/2010	2010
REBIO DO UATUMÃ	Portaria 168, de 24/12/2002)	2002
RESEX AUATÍ-PARANÁ	Port.No.116 de 30/10/2012 (D.O.U. em 31/10/2012)	2012
RESEX CHICO MENDES	Portaria N° 60 28/08/2008	2008
RESEX BAIXO JURUÁ	Portaria nº 89, de 17/11/2009	2009
RESEX CAZUMBÁ-IRACEMA	Portaria N° 56 28/08/2008	2008
RESEX DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE	Potaria No. 226 de 12/09/2013	2013
RESEX RIO OURO PRETO	Portaria N° 87 21/08/2014	2014
RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO	Portaria nº 43, de 29 de junho de 2011	2011
RESEX VERDE PARA SEMPRE	Não possui	-
PN DO JAMANXIM	Não possui	-
RESEX RIO IRIRI	PORTARIA N 9, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011	2011
PN DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	Portaria ICMBio nº 39 de 16/06/2011	2011
PE IGARAPÉS DO JURUENA	Portaria 010 de 13/02/2007	2007
PE DE GUAJARÁ-MIRIM	Não possui	-
PE CHANDLESS	Portaria SEMA nº 46, de 10/05/2011 (DOE nº 10548 de 16/05/2011)	2011
RDS CUJUBIM	Portaria do plano de gestão nº 049/2009 de 13/03/2009.	2009
RDS UACARÍ	Portaria: Junho de 2008 N° 064-2008	2008
RESEX CATUÁ-IPIXUNA	Portaria/SDS/nº 210/2010 de 13 de setembro de 2010.	2010
PE RIO NEGRO SETOR NORTE	Portaria do plano de gestão nº 028/2009 de 02/03/2009	2009
PE DO CANTÃO		2001
PE DE CORUMBIARA	Portaria 154, 16 de setembro de 2010	2010
PE CRISTALINO	Publicado em 19/03/2010, na Portaria da SEMA-MT nº 031.	2010

Tabela 23. Aplicações FAUC 2013 e 2014 – Unidades em grau I de consolidação

Unidades de Conservação	Grau de Proteção		Formação do Conselho		Funcionamento do Conselho		Sinalização		Equipamentos		Equipe Técnica		Plano de Manejo	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
ESEC de Maracá Jipioca	60	60	100	100	70	100	0	15	30	30	50	25	0	5
ESEC de Niquiá	100	100	100	100	90	90	30	30	45	45	50	50	5	5
ESEC do Jari	30	30	0	100	0	20	30	30	45	45	65	65	0	0
PN Serra do Divisor	60	60	100	100	100	20	30	30	100	100	65	65	100	100
PN Serra da Cutia	30	30	100	100	20	90	30	30	45	100	65	50	100	100
PN Serra Da Mocidade	60	60	100	100	90	90	15	15	45	45	50	50	0	5
RDS Itatupã	60	90	100	100	90	100	30	100	100	100	25	25	95	95
RESEX Barreiro das Antas	30	100	100	100	90	90	30	100	100	45	65	25	95	95
RESEX Maracanã	30	60	100	100	100	100	15	15	30	45	50	50	0	0
RESEX Médio Juruá	30	60	100	100	90	90	0	15	30	30	25	25	100	100
RESEX do Rio Cautário – ICMBio	30	60	100	100	70	90	30	30	45	100	65	65	0	5
RESEX Rio Jutai	100	100	100	100	90	90	100	100	45	100	65	50	100	100
RESEX Ipau Anilzinho	30	30	100	100	70	70	30	30	45	45	25	25	0	0
RESEX Mapua	60	60	100	100	100	100	30	30	45	45	25	65	0	0
RESEX Riozinho da Liberdade	30	30	100	100	100	70	30	30	45	45	65	65	0	0
PN Rio Novo	30	30	100	100	90	90	0	0	30	30	25	25	0	0
RESEX Arioca pruanã	30	30	100	100	0	90	30	30	0	30	50	25	0	0
RESEX Alto tarauaca	60	60	100	100	70	70	30	30	45	45	65	25	50	0
RESEX de Cururupu	30	60	100	100	90	100	90	90	45	100	25	25	5	5
PN Juruena	60	60	100	100	90	90	100	100	100	100	65	65	100	100
RESEX Terra Grandre	30	30	100	100	0	100	0	0	45	30	25	25	0	0
RESEX Rio Unini	60	60	100	100	100	100	30	30	45	45	65	65	95	95
RESEX Arapixi	60	60	100	100	90	90	30	30	100	100	65	25	100	100
RDS do Iratapuru	0	0	100	100	0	0	15	15	30	30	65	65	5	5
PE Serra Ricardo Franco	30	60	100	90	20	20	0	15	30	45	25	25	0	5
ESEC Rio Ronuro	30	30	100	100	20	20	15	15	45	45	5	25	5	5
RESEX Guariba-Roosevelt	30	30	100	100	90	90	30	30	30	30	50	65	95	95
PE Xingu	60	60	100	100	90	90	100	100	100	100	65	25	0	0
ESEC Serra dos Três Irmãos – Mujica	60	60	100	100	100	100	30	30	45	100	100	100	0	0
RESEX estadual Rio Cautário	30	60	100	100	20	90	15	30	0	45	25	65	0	5
RESEX Rio Preto-Jacundá	30	60	100	100	90	100	30	30	30	30	50	65	5	5
RDS Amanã	30	30	15	100	0	70	15	15	30	45	25	25	5	5
RDS Piagaçu Purus	30	30	100	100	100	100	30	30	30	30	25	25	5	5
RDS Rio Amapá	30	60	100	100	100	100	15	100	45	45	25	25	100	100

RDS Uatumã	30	30	100	100	90	100	15	15	30	45	25	25	100	100
Mosaico do Apui	90	90	100	100	90	100	90	90	100	100	65	65	100	100
PE Rio Negro Setor Sul	30	30	100	100	100	100	90	90	30	45	25	25	0	0
PE Serra Dos Martírios/Andorinhas	30	90	100	100	90	90	30	30	45	45	100	100	100	100
REBIO de Maicuru	30	30	5	100	0	90	0	0	30	45	50	50	100	100
ESEC do Grão Pará	30	30	5	100	0	90	0	15	30	30	50	65	100	100
RESEX Rio Gregório	30	30	100	100	90	90	30	100	30	45	25	25	100	100
RESEX Rio Cajari	30	30	100	100	100	100	15	15	45	30	50	50	5	5
RDS do Juma	30	30	100	100	100	100	30	30	30	45	25	25	100	100
RESEX Medio Purus	60	60	100	100	100	100	90	90	45	45	25	65	5	5
PN Nascentes Do Lago Jari	60	60	100	100	20	90	30	30	30	45	65	65	5	5
RESEX Rio Ituxi	30	30	100	100	100	90	30	30	45	30	65	25	0	5
RESEX Rio Xingu	60	30	100	100	90	90	30	30	45	45	65	65	100	100
RDS Rio Negro	30	30	100	100	100	100	30	30	30	30	25	25	5	5
RDS Igapó-Açu	30	60	0	100	0	0	15	15	30	100	25	25	5	95
RESEX Canutama	30	30	15	100	0	0	30	30	30	30	25	25	70	100
PE do Matupiri	30	30	15	100	0	0	15	15	30	30	25	25	5	95
RESEX Renascer	30	60	90	100	0	100	0	0	45	45	25	50	0	0
ESEC do Rio Roosevelt	30	30	5	5	0	0	30	30	30	30	65	50	70	95
RDS do Rio Madeira	30	30	100	100	100	100	30	15	30	30	25	25	70	95

Tabela 24. Aplicações FAUC 2013 e 2014 – Unidades em grau II de consolidação

Unidades de Conservação	Grau de Proteção		Inventário de Recursos Naturais		Monitoramento		Formação do Conselho		Funcionamento do Conselho		Equipe Técnica		Sinalização		Demarcações Estratégicas		Levantamento Fundiário		Equipamentos		Instalações Mínimas		Plano de Manejo		Plano de Manejo (Revisão)		Termo de Compromisso	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
ESEC DA TERRA DO MEIO	60	60	0	0	20	20	100	100	0	20	25	25	30	30	15	15	70	70	45	100	0	0	70	70	0	0	30	30
PN DE ANAVILHANAS	60	60	90	100	20	100	100	100	100	100	65	65	30	30	0	15	100	100	45	100	100	100	100	100	0	5	100	100
ESEC DE MARACÁ	30	60	90	40	20	20	100	100	90	90	65	65	100	100	60	60	100	100	45	45	100	100	70	95	0	0	100	100
ESEC RIO ACRE	30	30	40	40	20	20	100	100	20	90	25	25	15	100	100	100	100	100	30	45	0	5	100	100	0	0	0	0
ESEC JUAMI-JAPURÁ	60	60	40	40	0	0	100	100	20	20	50	50	100	100	15	15	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100
PN DA SERRA DO PARDO	60	30	0	0	20	20	100	100	0	90	25	25	15	30	0	10	70	70	45	45	0	100	5	70	0	0	30	0
PN DO CABO ORANGE	90	90	40	40	20	20	100	100	90	90	65	65	30	30	0	0	100	100	45	45	100	100	100	100	0	0	90	90
PN DO JAÚ	60	60	0	0	75	100	100	100	100	100	100	100	30	30	0	0	0	0	45	45	100	100	100	100	70	70	30	90
PN VIRUÁ	90	100	100	100	100	100	100	100	0	100	100	100	100	90	60	60	100	100	100	100	100	100	95	100	0	0	100	100
PN MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	90	90	40	40	75	75	100	100	100	100	65	50	30	30	15	15	100	100	45	45	100	100	100	100	0	0	30	30
REBIO DO GURUPI	60	60	90	90	20	75	90	100	0	20	65	65	15	15	0	15	100	100	45	45	0	5	100	100	0	50	0	0
REBIO DO JARU	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	90	90	60	60	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100
REBIO DO LAGO PIRATUBA	30	30	0	40	100	100	100	100	100	100	50	50	15	30	100	100	100	100	30	30	100	100	70	95	0	0	90	90
REBIO DO RIO TROMBETAS	100	100	90	90	100	100	100	100	90	100	65	100	90	90	15	15	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	90	90
REBIO DO TAPIRAPÉ	90	90	40	40	75	75	100	100	90	90	65	65	90	90	15	60	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100
REBIO DO UATUMÁ	100	90	90	90	100	100	100	100	100	100	100	65	100	100	15	15	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100
RESEX AUATI-PARANÁ	60	60	0	0	20	20	100	100	100	100	65	50	30	30	15	15	100	100	45	45	0	0	100	100	0	0	0	60
RESEX CHICO MENDES	30	60	0	0	20	20	100	100	20	90	100	100	15	15	10	10	100	100	45	45	0	5	100	100	0	0	90	90
RESEX BAIXO JURUÁ	60	60	40	40	100	100	100	100	100	100	65	65	30	30	15	15	70	100	45	45	100	100	100	100	0	0	0	90
RESEX CAZUMBÁ-IRACEMA	60	60	0	100	20	75	100	100	100	100	65	65	100	100	15	15	100	100	45	45	100	100	100	100	0	0	0	0
RESEX DO LAGO DO CAPANÁ GRANDE	60	30	0	0	20	20	100	100	0	90	25	25	30	90	15	60	100	100	100	100	0	5	95	100	0	0	100	100

RESEX RIO OURO PRETO	30	30	0	0	0	20	100	100	90	100	65	65	15	30	0	0	0	70	45	100	0	0	95	100	0	95	100	100
RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO	60	60	40	40	20	20	100	100	100	100	25	25	30	30	15	15	70	70	45	45	0	0	100	100	0	0	100	100
RESEX VERDE PARA SEMPRES	30	60	0	40	20	20	100	100	0	90	25	25	15	30	0	15	0	0	30	45	0	0	0	5	0	0	0	0
PN DO JAMANXIM	30	30	0	0	0	0	15	15	0	0	65	5	0	0	10	10	0	0	45	45	0	0	5	5	0	0	0	0
RESEX RIO IRIRI	60	60	40	40	0	0	100	100	90	90	25	25	30	30	15	15	70	70	45	45	0	0	100	100	0	0	0	0
PN DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	90	90	40	40	20	75	100	100	0	90	65	65	30	30	10	15	0	70	100	100	0	5	100	100	5	0	80	80
PE IGARAPÉS DO JURUENA	100	100	90	90	100	100	100	100	100	100	65	65	100	100	100	100	100	100	100	100	0	5	100	100	0	0	100	100
PE DE GUAJARÁ-MIRIM	60	60	0	0	20	20	100	100	100	100	50	100	30	30	15	15	100	100	45	100	100	100	5	5	0	0	100	100
PE CHANDLESS	60	60	90	90	20	20	100	100	70	100	50	50	30	30	15	15	100	100	45	100	100	100	100	100	0	0	30	30
RDS CUJUBIM	60	60	40	40	20	75	100	100	90	90	25	65	0	15	10	10	0	70	30	30	100	100	100	100	0	0	100	100
RDS UACARÍ	30	30	90	100	100	100	100	100	100	100	25	25	90	90	15	15	100	100	45	45	0	5	100	100	0	0	100	100
RESEX CATUÁ-IPIXUNA	30	30	0	0	20	100	100	100	100	100	25	25	100	100	100	100	0	0	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100
PE RIO NEGRO SETOR NORTE	60	60	0	0	100	100	100	100	100	100	25	25	90	90	60	60	70	70	45	45	100	100	100	100	0	0	30	30
PE DO CANTÃO	100	100	90	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100
PE DE CORUMBIARA	60	60	90	90	20	20	100	100	90	90	65	65	15	90	15	15	100	100	45	45	100	100	100	100	100	100	100	100
PE CRISTALINO	30	30	0	0	100	100	100	100	100	20	65	65	15	15	60	60	0	0	45	45	0	5	100	100	0	0	100	100

